

**ATA Nº 2/2021**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE**

**08/04/2021**

***“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações do órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.***

----- Aos oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Mira e também em sistema de videoconferência, sob a presidência do Ex.º Sr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelas Sras. Regina Serrano e Marta Cunha e Silva. -----

**-----ORDEM DE TRABALHOS -----**

----- **Ponto 1 – Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

----- **Ponto 2 – Aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa do Ano 2020, para cumprimento à alínea l) do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro , na atual redação** -----

----- **Ponto 3 –Aprovação da 1ª Revisão Orçamental e 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano – Ano 2021, nos termos preconizados da alínea a) do nº 1 do art. 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013 de setembro , na atual redação.** ---

----- **Ponto 4 –Aprovação ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33.º e alínea q) do n.º 1 do artigo 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013 de setembro, na atual redação, da integração no domínio público de acesso e destaque natural.** -----

-- **PONTO 5- Tomada de conhecimento “Assunção de Compromissos Plurianuais”.** -----

**----- PRESENÇA DO EXECUTIVO: -----**

----- Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, e os Vereadores Sr. Nelson Teixeira Maltez, Dr.ª Dulce Helena Ramos Cainé e Dra. Madalena Santos. -----

**----- PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA: -----**

----- Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Mário Ribeiro Maduro, Hugo Daniel Gomes (em sistema de videoconferência), Regina Serrano, Mário de Jesus Manata, Paulo Jorge Grego, Pedro Nunes, Luis Filipe Antunes (em sistema de videoconferência), Maria Leonor R. Borralho, Edite Custódio, João Pedro Almeida (em sistema de videoconferência), Zélia Morais, André Monteiro (em sistema de videoconferência), Vasco Daniel Mingatos, Telma Milene Salvador (em sistema de videoconferência), João André R. Gomes (em sistema de videoconferência), Pedro Jorge Laranjeiro, Carlos Manuel Veríssimo, Vera Lúcia Manco, Marta Cunha Silva, Maria Clara Clemente, Carlos Jorge Nora, e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Mira, Artur Jorge Ribeiro Fresco, da Praia de Mira, Francisco Daniel Soares Reigota, do Seixo, Tiago Daniel Castro da Cruz, dos Carapelhos, Gabriel Miranda de Pinho. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** -----

----- A reunião teve início às dezoito horas e quinze minutos, após verificação de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

----- **PERÍODO ANTES DE ORDEM DO DIA** \_\_\_\_\_

----- O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma e Presidente da Câmara -----

----- **1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:** -----

----- Interveio o **Sr. Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, após cumprimentar os presentes, este referiu que tinha quatro pontos para debater. -----

----- Questionou o Sr. Presidente da Câmara, relativamente à passadeira situada no Corticeiro de Baixo, tinha um sinal posto em cima, que estava tombado para a estrada. O Sr. Gabriel Pinho afirmou ter sido questionado por várias pessoas e questionava o Sr. Presidente sobre quando tinha sido o sinal lá colocado. -----

----- Questionou para quando o início das obras na Zona Industrial, POLO I. Para quando os pavimentos, pois estava parado há muito tempo, tinha buracos, estava em mau estado. -----

----- Em terceiro lugar, questionou para quando as obras nas Varandas de S. Bento. Fez referência às obras feitas na Praia de Mira, junto aos viveiros e ao parque de campismo, perguntou se era algum parque de futebol. Afirmou que nada tinha contra o que lá estava, mas que também gostaria de ver obras bonitas na sua freguesia. -----

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que após cumprimentar todos na sala e on-line, falou da proposta feita na anterior Assembleia Municipal, de atribuir uma verba de quinze por cento por todas as receitas pelo abate das árvores de todo o concelho, e de ser dividido pelas juntas de freguesias consoante a proveniência da mesma madeira. -----

----- Questionou se a proposta tinha sido aceite e de que forma. Questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal, se já tinha recebido, ou não, a verba que estava numa conta caucionada a alguns anos, proveniente do contencioso entre a Câmara Municipal e os baldios. Havia uma verba de sessenta por cento da receita da venda daquela madeira que estava nessa conta caucionada e tinha sido libertada. Quis saber se já tinha entrado ou não, nos cofres da Câmara. ----

----- Num segundo ponto, fez algumas notas relativamente a equipamentos sociais, desportivos, e equipamentos direccionados à educação, nomeadamente, berços, ou algo equivalente, dos zero aos três anos, na Praia de Mira, pois como todos sabiam existia uma carência enorme naquela área. Afirmou, que aquele assunto já foi falado noutras alturas, noutros fóruns, contudo continuava a carência a existir. Questionou se houve algum avanço na resolução desta situação, se existia alguma candidatura aos mesmos. -----

----- Em relação aos equipamentos desportivos, questiona, o que estava, naquele momento previsto para a freguesia da Praia de Mira. -----

----- Terminou com uma nota sobre o orçamento participativo, perguntou, se a verba de dois mil e dezanove e dois mil e vinte, de cem mil euros referentes ao orçamento participativo nesses anos, e uma vez que não houve orçamento participativo, onde ia ser aplicado aquele dinheiro, se não poderia ser feito um

reforço no orçamento participativo de dois mil e vinte e um, que tinha a verba prevista de cinquenta mil euros, e passaria a ter uma verba de cento e cinquenta mil euros, pois, afinal de contas, existem cem mil euros que não estavam a ser aplicados.-----

----- Interveio o **Sr. Artur Fresco**, presidente da Junta de Freguesia de Mira que começou por cumprimentar todos os presentes. -----

----- Referiu, não sendo a primeira vez que colocava a questão do abrigo de autocarro, que estava a fazer muita falta na localidade de Portomar, no sentido de Mira - Aveiro. Gostaria de saber o ponto de situação. Referiu que se constatava, quem andava na rua, que estavam inúmeras obras em curso, naquela altura, falava em particular das obras de Portomar, na Rua do Fidalgo, onde acabaram de fazer saneamentos, que há muito que era pedido, Largo 5 de Outubro, continuação para a rua Maia Alcoforado, e Rua da Cavada. Estava em progresso aquela obra no Largo 5 de outubro, e espera que fosse mais um fecho de rede, e que contribuísse para a percentagem de saneamento básico, no nosso conselho. Questionou para quando estava previsto o asfaltamento naquelas artérias que tinha mencionado. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que cumprimentou todos os presentes. -----

----- Em primeiro lugar, deixou uma nota prévia de agradecimento pela antecipação daquela Assembleia Municipal, onde teria oportunidade de explicar no ponto dois e três, o porquê daquela antecipação. E agradecia a disponibilidade para fazer aquela Assembleia Ordinária. -----

----- Respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, relativamente à questão da passadeira do Corticeiro de Baixo, tinha de pedir aos serviços para verificarem, porque desconhecia qual o problema. -----

----- Em relação às Zonas Industriais, Polo I, referiu que já tinham passado a fase mais difícil, que era a fase das infraestruturas subterrâneas, das águas, dos cabos de rede de fibra, rede elétrica. Nos próximos dias iam começar os

passeios, colocar o pavês, asfaltar, logo, nos próximos dias, semanas, se notaria alguma evolução. -----

----- Relativamente ao início das obras das Varandas de S. Bento, referiu que tinham de ir ao local e avaliar a questão da água, porque quando se iniciaram as obras em janeiro, tinha muita água, e não dando para iniciar, foi suspensa. Mas assim que fosse possível fazer uma verificação do local, começariam com aquela obra. -----

----- Relativamente aos viveiros, estavam a fazer-se arranjos urbanísticos, de estacionamento e de passeios. -----

----- Respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, a questão da atribuição dos quinze por cento, tinha que ser analisada a proposta, e ver se era aplicável/viável não estava nada decidido. Relativamente à conta caucionada, sim, já a alguns anos que foi retirada. -----

----- Em relação aos equipamentos sociais, respondeu que não era da responsabilidade do município, os equipamentos sociais, ou a realização das obras. -----

----- O que não queria dizer que estavam a fugir à responsabilidade de ajudar e contribuir. Referiu que, na Praia, o município fez a doação de um terreno para um lar para a UPAS, e que estavam para colaborar na aquisição de uma carrinha também. -----

----- A questão da creche, estavam a trabalhar naquele sentido, já tiveram reuniões, com a segurança social, porque eram eles que tinham primeiro que autorizar depois ter-se-ia de arranjar o espaço e o financiamento. -----

----- Em relação aos equipamentos sociais e às intervenções, as que existem são através do Plano de Recuperação e Resiliência Nacional (PRR) que são para remodelação / melhoria dos espaços, mas tinham que ser as próprias IPSS a lançar a candidatura. Refere que a câmara podia ajudar, dar um contributo na realização da candidatura, na realização do projeto, mas as próprias IPSS é que tinham essa autonomia para avançar. -----

----- Continuou dizendo que, segundo o que sabia, ia haver novidades no plano PRR, Plano de Recuperação e Resiliência, que havia uma verba destinada a novos equipamentos sociais. Referiu que tem dito várias vezes nas Assembleias Municipais, que o desenho do Portugal 2020 não estava adequado a novas obras de remodelação, melhorias, equipamentos. Pensava que no PRR, na chamada “bazuca”, que vinha lá uma rúbrica dedicada aos equipamentos sociais. -----

----- As IPSS deviam preparar o caminho, “preparar para ir a jogo” saber aquilo que queriam e fazer o seu trabalho. Enquanto município estava disposto a ajudar para fazer a parte do projeto que fosse possível. -----

----- Nos equipamentos desportivos, estavam a decorrer procedimentos de aplicação de espaços fitness, quer na Barra, quer na Praia de Mira. Estavam à espera das licenças, das autorizações para o campo do Touring, para o licenciamento. Refere que não é uma obra da câmara, no entanto tinham-se comprometido a apoiar. -----

----- Relativamente ao orçamento participativo, decidiram, em Comissão, atribuir somente uma verba de cinquenta mil euros para este orçamento. -----

----- Respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, disse que tinham de ver a situação da paragem do autocarro. Entretanto, o Sr. Vereador Nelson referiu que já teria sido feito o procedimento para a aquisição da paragem do autocarro. -----

----- Relativamente aos asfaltamentos, assim que as obras de saneamento estivessem concluídas, dar-se-ia prioridade às mesmas. -----

-----Interveio o **Sr. André Monteiro** que cumprimentou todos os presentes e público. -----

----- Agradeceu ao Sr. Presidente, por finalmente ter chegado a lista do plano das ruas para o asfaltamento. Sugeriu que tornasse a lista pública, para haver transparência e para que os munícipes estivessem a par.-----

----- Em segundo lugar congratulou o Sr. Presidente, por ter conseguido arranjar o saneamento, na rua do Casal para a Lagoa. -----

----- Fez referência à escassez de parques infantis no concelho. -----

----- Continuou fazendo referência ao problema da escola de Portomar, problema aquele que já tinha referido duas vezes, mas que tinha sido ignorado pela Vereadora. Referiu que o Sr. Presidente ficou de averiguar aquela situação, e a única resposta que obteve foi ao requerimento que o mesmo teria feito. A resposta ao requerimento veio no final de dezembro, e dizia que o assunto estava a ser estudado e quando houvesse solução iria, e passou a citar: “teremos a aprovação na assembleia, que integrará e complementará um tratamento estratégico”, questionou o porquê de a Junta ter feito uma marquise com portas de vidro. ----

----- Questionou, ainda, porque é que o Seixo teve direito a uma participação da Câmara, para um telheiro, e em Portomar, não se pôde ter um avançado de três mil euros. -----

----- Interveio o **Sr. Paulo Grego**, cumprimentou todos os presentes e começou com uma nota, pelo fato de se ter voltado para as reuniões presenciais, o que significava que estava tudo a correr pelo melhor, e uma nota também, para os Bombeiros que os receberam, estava provado que havia condições para fazer aquela Assembleia Municipal. -----

----- O Sr. Paulo Grego começou dizendo que ia ler a sua intervenção, para que a emoção não se sobrepusesse à razão. Naquela intervenção, dirigiu-se ao Presidente da Assembleia, Dr. Mário Maduro: “Trazia aquela reunião um acontecimento da última Assembleia Municipal, julgava não ser necessário o enquadramento, mas para que não existissem dúvidas, referiu-se ao momento final da mesma, protagonizado pelo Dr. Mário Maduro, e por ele próprio. Na sequência da declaração do voto de bancada do PSD, relativa ao último ponto de ordem de trabalhos, falou em publico pela primeira vez. Não tinha feito qualquer publicação, comentário ou outro, nas redes sociais. Julgava ser ali o local indicado para aquele assunto ser abordado. E, com certeza, por parte dele, seria um assunto encerrado. Tinha que lhe dizer que se sentia ofendido e insultado, desde a referida reunião, há quarenta e um dias. Recebeu vários telefonemas, mensagens e

outros contactos, de colegas de ambas as bancadas, do executivo e principalmente de amigos, mas do Sr. Presidente, nada. Referia, também, que não tinha obrigação, mas dessa atitude retirava as suas ilações. Remetia para a gravação da ATA, em concreto para o período localizado nas quatro horas, onze minutos e nove segundos, onde interveio o senhor presidente e passava a transcrever: disse o senhor presidente, “Senhor Paulo, está muito enervado, já depois não quis, ó Paulo, eu podia-lhe aqui ter dito duas coisas, mas quero dizer sabe, eu sempre disse que o Senhor é mesmo assim e hoje está a revelar as suas características, que nunca tem acontecido aqui. O senhor joga aqui de duas maneiras, diz uma coisa e depois faz outra.” Eu interrompi e disse: “eu nem quero acreditar que o senhor presidente está a dizer isto”, sou novamente interrompido pelo senhor presidente, que diz: “estou, estou, ó Paulo, deixa-me dizer-te duas coisas, eu não te estou a conhecer, hoje, sinceramente, não estou. Se calhar todos os elementos que aqui estão tinham uma ideia a teu respeito, e hoje mudaram-na de certeza.” Fim de citação. -----

----- Continuou dizendo que julgava que naquele excerto ficou registada a sua intervenção onde indiretamente lhe chamou de dissimulado, falso e fez juízos de valor sobre ele, tentou influenciar terceiros, fez uma abordagem pessoal e não ao deputado, e era aquele o papel que todos lá estavam. -----

----- Continuou dizendo que felizmente para ele, nem todos os presentes concordam com o que disse, pelo menos pelo feedback que lhe teriam transmitido.

----- Pediu ao Sr. Presidente, que analisasse com atenção o Regimento da Assembleia, no Art. 24, e verificasse se encontrava nas suas competências o direito de fazer comentários daquela índole a um cidadão. Atendeu a alguns conselhos, mas sobretudo, estava ali pela sua cabeça, e queria acreditar que tinha tido um dia menos feliz, e que não era aquilo que pensa dele. -----

-----Interveio o **Sr. Pedro Laranjeiro** que cumprimentou todos os presentes. Seguiu questionando relativamente ao ponto de situação da COVID-19 em Mira no

último boletim, terça-feira houve aumento de casos, seria uma tendência e deveriam ficar preocupados ou seria uma situação isolada. Relativamente à vacinação gostaria também de saber o ponto de situação e o andamento dos trabalhos. -----

----- Interveio o **Sr. André Gomes** que cumprimentou todos os presentes. Disse que tinha na sua intervenção três pontos que gostaria de colocar à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal. O primeiro dizia respeito a um mandato que estava a chegar ao fim, mas também ao mandato anterior e estava relacionado com a referência constante que o senhor presidente costumava fazer no plano de ação estratégica do Município de Mira que tinha um horizonte temporal de 2014 a 2020, e para o qual o Sr. Presidente fez e, muito bem, de se fazer acompanhar de um plano estratégico desde que ele fosse de facto executado. Referiu que não foram anos normais que tivemos, acontecimentos inesperados, mas havia um ponto que vinha a assistir ao longo de vários mandatos e não era dado o devido valor e gostaria de questionar o senhor Presidente da Câmara se existia alguma boa razão para aqueles pontos não terem tido praticamente nenhum avanço, nomeadamente o que diria respeito à requalificação do centro da Vila de Mira como dizia no plano existiam algumas iniciativas que davam corpo a aquela ação. Nomeadamente, a urbanização do centro da Vila, traseiras da igreja, adjudicação da central de camionagem, a requalificação dos antigos armazéns da Câmara municipal e a urbanização da envolvente do cemitério e bombeiros, e o que gostaria de saber era se das ações que estavam propostas, quais as que foram executadas, quais é que se encontram em execução, ou qual a razão para elas não estarem a ser executadas. -----

----- O segundo ponto dizia respeito a uma proposta que gostaria de deixar ao executivo. Pensava que a atual situação do país, e Mira não era exceção, devia merecer alguma ponderação no que dizia respeito à organização de eventos, e naquele ponto gostaria de deixar uma proposta ao Sr. Presidente da Câmara para que pudesse equacionar o cancelamento das festas São Tomé, bem sabia

que era pelo segundo ano, mas por razões que de facto levavam a que fosse necessário e pegasse naquela verba já estava estipulada para a organização da festa que a canalizasse para o apoio social. Vinham tempos que não seriam fáceis e certamente o apoio social precisaria daquele reforço, e era aquela a sugestão que queria deixar ao executivo. -----

----- Por fim tinha um assunto que já não era novo que o tinha trazido na Assembleia Municipal de 24 de setembro quando questionou o Sr. Presidente da Câmara relativamente a uma vedação de madeira junto ao terreno que foi alvo daquele processo do José Lages. O Senhor Presidente naquela Assembleia Municipal passou ao senhor Vice-Presidente que lhe respondeu, no fim ter questionado se o executivo tinha conhecimento daquela vedação, que sim, que o executivo tinha conhecimento, que os serviços tinham conhecimento, e que já teriam sido tomadas as devidas diligências. O que queria saber era se de setembro até ao momento, que diligências foram tomadas. A vedação permanecia no mesmo sítio, o que o levava a questionar se o executivo tinha dúvidas quanto à propriedade daquele terreno ou não. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia**, quis ter uma participação ao testemunho do Sr. Paulo Grego, onde lhe disse que na última Assembleia Municipal e depois de comunicar aos órgãos de comunicação que não iria alimentar qualquer tipo de polémica, dizendo também que todos os presentes estavam a discutir politicamente, política, aquilo que utilizavam, aquilo que diziam, aquilo que diziam menos bem, aquilo que ele disse por exemplo ao Francisco que não era seu filho para lhe dar uns açoites, portanto queria-lhe pedir desculpa pois não devia ter colocado o nome do filho, nem falado naqueles termos. Quanto à situação referida pelo Paulo Grego, que personalizou aquela situação na Assembleia Municipal, disse que iria ter uma resposta por escrito, também naquela mesma Assembleia. Disse que não queria de maneira nenhuma alimentar qualquer tipo de polémica, mas não foi ele que chamou incompetente ao Presidente da Mesa e àquela mesa. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara agradecendo aos Bombeiros pela disponibilização do espaço para a realização daquela Assembleia Municipal e desculpou-se por não o ter feito logo no início da mesma. -----

----- Depois respondendo ao deputado André Monteiro disse já estava a decorrer uma empreitada para a instalação de parques infantis nomeadamente em Portomar, Barra, Ermida, entre outros. Estavam a ser instalados também parques de fitness junto. Depois, em relação à escola de Portomar, disse a Senhora Vereadora que estava a estudar aquela situação. Esclareceu que o que a junta de freguesia fez, foi no âmbito da delegação de competências, eram obras que, por vezes, havendo disponibilidade de verbas para fazer, as juntas de freguesia assumiam-nas e depois o município assumia-as através do protocolo de delegação de competências. -----

----- Em relação à COVID-19 deixava para a Vereadora Dra. Madalena, no entanto, deixava algumas notas, nomeadamente o facto de ter terminado a terceira vaga, mas teriam que ter muito cuidado na mesma. Os casos na última semana, teriam aumentado para dez, e esperava que aquela não fosse a tendência. Referiu que, no dia anterior tinha-se assinalado o Dia Mundial da Saúde, e deixava um agradecimento a todos os profissionais de saúde pelo trabalho desenvolvido.

----- Em relação à questão colocada pelo deputado André Gomes, disse que ainda bem que as colocava, eram questões pertinentes, bem colocadas. Disse que o plano de ação estratégico de 2020 terminou em 2020, tal como os fundos comunitários, eram indicativos, porque serviam de fundamento para aquilo que eram os fundos comunitários do ano de 2014 a 2020. Tinha dito ali que os dois últimos orçamentos municipais, e com muito orgulho, que muitas das ações que estavam naquele documento estavam a decorrer. Podia enumerar algumas até já faladas o Polo I, viveiros, antigo mercado de Mira, parques de estacionamento do Touring e do Poço da Cruz, Zona Industrial de Montalvo, eficiência energética da piscina que também já teria sido aprovada. Era com muito orgulho que via uma grande parte deles e muitos estavam a ser realizados. Também ia àquela

Assembleia Municipal dois pontos importantes, a Escola Secundária Maria Cândida e Centro de Saúde Mira. Relativamente ao equipamento que falou que pudesse dar vida ao Centro da Vila, podia falar-lhe do Auditório, estava quase pronto, era o “Átrium”, com 250 lugares, uma zona para atividades culturais, portanto também trazia vida ao Centro da Vila. Contudo, afirmou concordar com o Sr. André Gomes no que respeitava a terem que fazer mais, e tinham estado a trabalhar nisso, no alargamento da estrada junto ao cemitério para ir dar precisamente à rua dos bombeiros, tinham estado a asfaltar todo o estacionamento, pintá-lo, por exemplo. Estavam a ser dados passos para se poder urbanizar e poder trazer pessoas para o centro da Vila, porque na realidade estavam muito centrados nos serviços, e precisavam trazer pessoas para viver e dar-lhes qualidade de vida. -----

----- Em relação aos eventos, dificilmente seriam realizadas as festas de São Tomé, pois, já tinham cancelado as marchas. Para o S. Tomé estavam para anunciar brevemente os moldes de como ia decorrer e assinalar aquela data, mas que seria assinalada em moldes diferentes. -----

----- Em relação ao terreno do José Lages disse que estava a seguir os trâmites legais. Quando havia uma invasão de propriedade alheia não podiam chegar lá e fazer uso da força, sem ser pela forma legal, era legítimo, portanto seguir todos os trâmites judiciais para reivindicar -----

-----Interveio a **Vereadora, Dra. Madalena**, que cumprimentou todos os presentes, e continuou dizendo, que até aquela data já tinham conseguido vacinar 2175 primeiros doses e 841 segundas doses. Infelizmente os números da COVID-19 tinham aumentado, eram casos isolados. Na data do sábado de Páscoa tinham zero casos, entretanto por conta de migrantes que vieram junto dos familiares tiveram aquele aumento. Dois dos casos eram Mirenses residentes fora do concelho e os oito eram casos isolados controlados. -----

---Interveio o Sr. **Carlos Veríssimo** cumprimentou todos e fez algumas questões relativamente a algumas obras que estavam a decorrer por vários sítios do concelho. -----

----- Afirmou que o concelho tinha zonas mais esquecidas que outras. -----

----- Interveio o Sr. **Carlos Nora**, começou por cumprimentar todos os presentes, de seguida salientou que gostaria de vincar duas situações que já tinha abordado que era a alteração ao PDM que estava a decorrer, que foi prolongado o prazo, e o facto de o executivo levar a sério a sugestão que já tinha deixado noutras Assembleias sobre a possibilidade de urbanizar desde a rua Gonçalo Tavares no Areal até ao antigo matadouro. Aquela zona toda que foi queimada e que estava praticamente limpa, seria um meio de expandir e fixar pessoas ali, seria muito benéfico para o concelho. Outra situação e, tomando o que disse o camarada de bancada André Gomes relativamente às festas São Tomé de não serem efetuadas, essa verba poderia ser aproveitada para o apoio social, também já tinha dito noutra Assembleia Municipal ,que deveriam fazer um empréstimo para ajudar aquela situação que viviam da COVID- 19, nomeadamente os pequenos comércios que estiveram fechados durante praticamente 3 meses e naquele momento estavam em total agonia financeira, e se a Câmara pudesse auxiliá-los por exemplo com mil euros a cada um, duzentos mil euros davam para auxiliar duzentos pequenos comércios. Seria muito bom porque, de facto, as dificuldades eram enormes e havia comércios que estavam mesmo à beira da falência. Referiu que sabia do que fala, pois conhecia casos concretos, e, portanto, não era nada demais até porque se fala que iria vir milhões de euros e depois, certamente a Câmara voltaria a recuperar aquele dinheiro. Não seria escândalo nenhum fazer um empréstimo para ajudar a fazer regulamentos para aquelas situações. Conhecia municípios que já o estavam a fazer nomeadamente em Albufeira e Anadia onde estavam a distribuir verbas pelos pequenos comércios. -----

----- Interveio a **Sra. Edite** que cumprimentou todos os presentes. Referiu que a sua questão tinha sido parcialmente abordada pelo deputado André Gomes, mas, que de qualquer forma gostaria de perguntar ao Senhor Presidente o que é que se podiam esperar naquele ano em termos de eventos culturais e desportivos, já se referiu a questão se previa que fosse atípica. O Sr. Presidente tinha falado das candidaturas à Cultura em Rede, questionava se tinham sido aprovadas. -----

----- Interveio o **Sr. Hugo Gomes**, começando por cumprimentar todos. Pediu ao Sr. Presidente que o elucidasse, naquela Assembleia, acerca da preparação para a próxima época balnear que mais uma vez, infelizmente se previa que fosse atípica. Tendo em conta a experiência do ano passado onde se verificaram alguns aglomerados excessivos de pessoas no centro da Praia de Mira, e sabendo os riscos que aqueles aglomerados traziam, o alargamento das esplanadas causou alguns constrangimentos no que disse respeito à circulação de pessoas. Assim sendo, quis saber se tendo em conta aquela experiência se tinha ideias de fazer algumas alterações, se estava previsto existir algum gabinete de apoio permanente, com testes rápidos, sensibilização, entre outras. -----

----- Interveio a **Sra. Clara Clemente** cumprimentando todos os presentes. Referiu duas questões que queria colocar ao Sr. Presidente, embora já tenha havido referência a ambas, tinha a ver com as obras na freguesia da Praia de Mira. A primeira relativa ao ponto de situação dos viveiros, o Senhor Presidente referiu brevemente aquele assunto embora ele não tenha ficado muito esclarecido. A segunda questão tinha a ver com os parques de estacionamento, a época balnear aproximava-se muito rapidamente e gostaria de saber se as obras estariam concluídas na época balnear ou antes da mesma. -----

----- Interveio a **Sr<sup>a</sup>. Regina Serrano** cumprimentou todos os presentes. A questão que colocou foi a cerca do Ecocentro Municipal. Sabia-se que estava em fase final de elaboração e, gostaria de saber se existia já um protocolo de funcionamento e qual seria esse protocolo. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** respondendo ao deputado Carlos Veríssimo disse que estavam previstas mais pavimentações por todo o concelho tentando dar melhores condições rodoviários aos munícipes e também a quem nos visitava. Estava para arrancar mais uma empreitada, algumas pavimentações. Referiu que, em relação ao saneamento esperava que nos próximos tempos desse um salto quantitativo relativamente ao número de saneamentos de cobertura do concelho, e até já estava previsto no tribunal de contas duas obras muito importantes que era o saneamento da zona industrial Polo I e II, para o Seixo, com a ligação às Cabeças Verdes, com a ligação de quinhentos ramais de saneamento. Uma obra de ligação à conduta do saneamento em alta, previsto no valor de mais de três milhões de euros, que ia permitir depois fazer saneamento no Corticeiro, Carapelhos, Cabeço e outras. -----

----- Em relação à alteração do PDM o processo estava a decorrer, tinham que vir cartas da RAN, da REN e de uma série de entidades, estudos de ruído, reunir com os vários intervenientes, com os senhores Presidentes da Junta, com os representantes de todas as bancadas. A revisão do PDM estava ainda numa parte muito técnica. -----

----- Depois em relação ao apoio COVID-19, estavam a preparar e finalizar uma análise de concelhia, uma análise de todos os problemas do comércio local. Referiu, que poderiam preparar fundos de apoio a COVID, pois eram sempre bem-vindos, mas também se poderia tornar um cuidado paliativo. Estavam para ajudar naquilo que fosse possível, mas poderia haver formas mais concretas do que dar somente o dinheiro por dar. -----

----- Em relação aos eventos culturais e desportivos e época balnear teriam que ver a evolução da situação, com as normas da DGS, o que é que aquelas normas iam dizer. Tiveram reunião com a Ministra da Cultura, praticamente inconclusiva. Portanto não sabiam o que se ia fazer. O que tinham em cima da mesa era fazer alguns eventos, mas de forma controlada e bem preparada/acautelada. -----

----- Disse que as três candidaturas aprovadas na cultura em rede financiadas a 100% tinham uma componente muito importante que era a cultura. Era o apoio às Associações, Grupos Corais, Filarmónicas, Ranchos, às nossas pequenas bandas de garagem em que era financiada a 100 por cento. Era uma componente muito importante para ajudar o “tecido” cultural e a rede cultural das pequenas Associações e dos pequenos grupos. -----

----- Foram aprovadas as 3 candidaturas, cultura em rede, por exemplo, tinham um projeto com Cantanhede e a Figueira da Foz que incluía também animação para a época balnear, mas estavam todos sem saber bem, até onde podiam ir e o que fazer. Tinham o financiamento, mas ainda não haviam respostas. O próprio Estado Central ainda não conseguia dar respostas a que tipo de eventos se poderiam realizar. -----

----- Em relação à preparação da época balnear, nesse mesmo dia tinha tido oportunidade de falar com o Senhor Presidente da Junta da Praia de Mira, para a semana seguinte em reunião para a preparar a época, composta por várias entidades, Bombeiros, GNR, Junta de Freguesia. Houveram reuniões com os nadadores-salvadores para preparar o plano de segurança da praia, o número de nadadores-salvadores que eram necessários, também já estavam a avançar para a preparação de vários equipamentos para que estivessem prontos na época balnear. Os militares, já teriam sido contactados para fazer a rodagem e regularização do areal. -----

----- Outro assunto importante, eram as esplanadas. Viu-se que as medidas que o governo trouxe para aquele mês foram as esplanadas, e como o deputado Carlos Nora falava do apoio aos comércios, uma das medidas que tinham feito era dar um apoio, isentando os comerciantes que tinham esplanadas das taxas que teriam que pagar. Permitiram o aumento daqueles espaços, cumprindo determinadas regras. Era uma forma de ajudar o comércio para que pudessem funcionar. Naquele momento só podiam funcionar as esplanadas com quatro pessoas, no dia dezanove com seis pessoas e pensava que só a partir do dia

três de maio é que funcionaria dentro dos espaços. Mas não sabiam a evolução da pandemia e a opinião era estudar e criar condições para que pudessem existir condições ao ar livre, segundo as normas de saúde. -----

----- Em relação ao ponto de situação dos viveiros estava a terminar. Faltava parte daquela casa que ia ter uma receção, e um ponto de apoio. Ficava a faltar a componente científica em termos de sinalética, uma explicação do que se pretendia dos viveiros. Carecia de concluir a parte dos passeios, do estacionamento, e parte da jardinagem. -----

----- Em relação aos parques de estacionamento também precisava que eles estivessem concluídos a tempo da época balnear. Naquela semana já iam começar a fazer a reparação das casas de banho junto ao Touring. Iam instalar as Bike-Sation para lavagem e para preparação das bicicletas. O Poço da Cruz já estava mais adiantado. A pista junto ao parque de campismo do Orbitur também seria pavimentada em breve, teriam que ser mudados alguns dos postes que estavam lá. Havia uma série de trabalhos a fazer que, não era fácil coordenar, e haviam sempre atrasos, mas, lá estavam para trabalhar dia a dia para conseguir ultrapassá-los. -----

----- Por último, em relação ao ecocentro Municipal, ainda bem que faziam aquela questão, porque estava em discussão pública o regulamento de funcionamento, a parte física da obra estava pronta, faltavam só alguns pequenos pormenores no ecocentro junto ao armazém municipal. Naquele momento estava em discussão o regulamento municipal. A discussão pública, naquela matéria, deixava para quem os estivessem a ouvir, e para os membros da Assembleia Municipal era o momento de darem o contributo para o regulamento que depois havia de ir ali, à posteriori aquela Assembleia Municipal, para aprovação final. Era aquele o momento para darem o contributo. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (Art.º 53º do Anexo I da lei nº 75/2013 de 12 de setembro):** -----

----- **Ponto um: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

----- Interveio o **Sr. André Monteiro** que questionou se o furo de água subterrânea em curso no Jardim de Mira seria para rega direta ou ia ter algum depósito, como funcionava. -----

----- Referiu que na página 21 do orçamento constava uma empreitada de um telheiro na escola das Cabeças Verdes no valor de trinta e um mil euros, questionava se houvesse outras freguesias com a necessidade de aumentar uma escola ou um telheiro iriam ter a mesma oportunidade que a escola do Seixo ou se iriam discriminar, achava que tinham que ser justos com todos. -----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** afirmou ter um e-mail do dia 10 de novembro de 2020 relativamente à escola da Paia de Mira, de um pedido sobre a carência de um telheiro para as crianças não estarem à chuva. A Junta de Freguesia pediu alguns orçamentos sendo que um deles estava dentro do plafond estipulado, no entanto, não houve uma resposta aquele e-mail, mas na freguesia do Seixo fizeram uma obra de trinta e um mil euros. Sentia que não era justo, não era uma boa prática. Podiam colocar o acordo de execução nas duas autarquias ou podiam assumi-las no orçamento municipal, era indiferente para a Junta de Freguesia. -----

----- Referiu a elaboração de um contrato com a empresa de jardins no valor de vinte mil euros. Recordava que existia a possibilidade de a sua Junta tomar conta dos espaços de jardinagem, mas a Câmara só permitiu que a Junta de Freguesia tomasse conta de apenas dois daqueles espaços na Praia de Mira, um o Largo do Calcinhas e o jardim adjacente à extensão de Saúde da Praia de Mira, sendo a verba transferida pela Câmara de 660€. -----

----- Relativamente ao assunto judicial entre o Município e o Dr. Fernando Madeira, ao ter lido a comunicação do Município aquando da saída do Vereador Fernando Madeira, que dizia “*embora os mesmos não estejam relacionados com*

o exercício da função de Vereador”, depois numa Reunião de Câmara o Vereador Luís Miranda ter questionado o Sr. Presidente, o mesmo disse que havia factos do Sr. Fernando Madeira que foram praticados enquanto Vereador. Questionava se o comunicado tinha um erro, uma incoerência ou o que é que ali estava errado. -----

----- Quanto à situação da análise mais financeira constatava que o Sr. Presidente já tinha “às costas” do Município uma verba superior ao que tinha há um tempo. -----

----- Disse não concordar com a proposta do colega Carlos Nora relativamente à doação de dinheiro ou fazer outro empréstimo. -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que referiu que em relação a questão do Sr. André Monteiro, tinha tido oportunidade de explicar o que se tinha passado na questão da delegação de competências, estavam disponíveis para fazer as obras que fossem necessárias em todas as escolas. O Projeto da escola de Portomar estava a ser trabalhado. Quanto ao e-mail do Sr. Francisco Reigota tinha que ir averiguar a situação do e-mail e o porquê de não ter sido respondido.

----- Em relação ao furo, era para encher o lago no centro da vila, para regar o jardim do Visconde e para os espaços desportivos. -----

----- Em relação à questão do Sr. Presidente da Junta da Praia, relativamente aos jardins, afirmou que tinham falado sobre aquele tema e estavam à espera da reunião da transferência de competências. Tinha que haver uma reunião de negociação, a Junta de Freguesia tinha que fazer uma proposta para chegar a um valor e dizer quais equipamentos ou jardins com que queriam ficar. Não tendo havido reunião de concertação, tiveram que assumir e ficar com os espaços verdes. -----

----- Em relação ao caso do Vereador Fernando Madeira, na altura respondeu a tudo o que havia a responder e estavam a aguardar pelo resultado do inquérito.-

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** voltou a questionar se o comunicado que tinha feito e assinado por ele se os assuntos estavam relacionados com o

exercício de Vereador, o Sr. Presidente em Reunião de Câmara assumiu que um dos assuntos investigados foi enquanto ele era Vereador e dentro da Câmara Municipal. Questionava se o Sr. Presidente assumia que o comunicado tinha sido mal feito e errado. -----

----- Em relação aos jardins, era verdade que tinham que fazer uma reunião por causa das transferências de competências, mas levar aquele assunto para a sua questão, nada tinha a ver. A pergunta era objetiva, aquando da negociação do acordo de execução não lhes tinham dado permissão para ficar com mais jardins, aquele acordo tinha cláusulas que diziam que podia ser alterado, mas passado quase o mandato inteiro nada aconteceu. Não tinha a ver como o passo que se iria dar que nada tinha a ver com aquele assunto. Não compreendia porque não tinha sido dado voz e uma única proposta para aquela situação. Questionou por quanto tempo tinham assumido o acordo com aquela empresa. Não era de agora e o assunto que tinham invocado como resposta era dos últimos dois ou três meses. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente de Câmara** que respondeu diretamente, o Vereador Fernando Madeira tinha sido Chefe de Gabinete até 2017 e depois Vereador, o que dizia era que havia alguns atos que foram referidos antes de 2017 enquanto chefe de Gabinete e outros em que já exercia as funções de Vereador mas nenhum deles estava diretamente ligado às suas funções. Não tirava uma virgula do que estava no comunicado e do que tinha sido dito em RC.

----- Em relação aos jardins afirmou que quando foi do contrato Interadministrativo entre o Município e a Junta de Freguesia disseram que os espaços verdes não. O Senhor tinha estado numa reunião com ele e com mais testemunhas que foi dito que de acordo com a transferências de competências que o Estado Central permitiu que fossem para as juntas de Freguesia, foi-lhe dito qual era o procedimento que devia fazer para ficar com os jardins. Até estava nos órgãos da ANAFRE até sabia como é que aquilo funcionava, e naquele âmbito mostraram disponibilidade para fazer um acordo quanto aos espaços

verdes. Foi dito como funcionou com a junta de freguesia do Seixo e de Mira, a Câmara deixava de receber aquele dinheiro e ia diretamente para as juntas.-----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** que afirmou que às vezes podia ficar nervoso com as pessoas deturparem factos de forma dissimulada como o tinha acabado de fazer. Voltou a tocar na questão dos jardins como se tivesse dado alguma opção negocial com a Junta de Freguesia e nunca o fez, nunca deu aquela possibilidade à Junta. Não admitia que lhe chamassem mentiroso, o Sr. Presidente de forma indireta estava a fazê-lo.-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** afirmando que não ia estar a alimentar mais polémicas que não tinham interesse nenhum para o futuro do Concelho. -----

#### -----VOTAÇÃO-----

----- Tomado conhecimento. -----

---- **Ponto 2 – Aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa do Ano 2020, para cumprimento à alínea I) do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação**-----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** afirmando que naquela semana tinham recebido uma comunicação da Associação Nacional de Municípios onde havia uma alteração legislativa que fazia com que as contas dos Municípios pudessem ser aprovadas até 30 de junho de 2021, no entanto havia uma legislação que permitia fazer aquela aprovação através do saldo de gerência que eram cerca de trezentos mil euros no orçamento de 2021 e era aquilo que ali traziam para aprovação.-----

#### -----VOTAÇÃO-----

Submetido a votação, foi aprovada por maioria, com 8 votos contra do Partido Socialista e restantes votos a favor do MAR e PSD. -----

---- **Ponto 3 –Aprovação da 1ª Revisão Orçamental e 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano – Ano 2021, nos termos preconizados da alínea a) do nº 1 do art. 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013 de setembro, na atual redação.** \_

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** afirmando que estava a decorrer um concurso da CCDR na área da saúde e na área da educação. Queriam concorrer aquele concurso para conseguir as obras para o Centro de Saúde e para a Escola Secundária. Queria deixar uma palavra de apreço para as equipas técnicas, que tinham dado um contributo enorme e um trabalho extraordinário para em contrarrelógio conseguir fazê-lo. Em relação ao Centro de Saúde já tinham aprovado o projeto na RC. Em relação à Escola Secundária estavam com mais dificuldade, mas estava convencido que as iriam ultrapassar. Foi por isso que pediram a antecipação, para inscreverem aquelas duas rubricas, para depois poderem ir ao aviso e puderem ser aprovadas aquelas candidaturas. O Município assegurava os restantes quinze por cento da comparticipação. -----

----- Interveio o **Sr. André Monteiro** dizendo que tinha dúvidas quanto a alguns reforços que seriam importantes clarificar, como um reforço de 137mil euros e um reforço para seminários e similares de 83 mil euros de reforço que achava um pouco exagerado e por fim publicidade 62 mil euros de reforço, gostaria de saber a que se referiam aqueles valores. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que esclareceu que a verba de 132 mil euros era para a ABMG, as outras era no âmbito da cultura em rede, estava lá a despesa, mas também estava o financiamento em 100%. -----

----- Interveio o **Sr. Hugo Gomes** que questionou se não seria uma boa altura para dar um reforço para a Juventude tendo em conta o recém-criado Conselho Municipal da Juventude. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que afirmou que tinha ficado combinado fazerem as propostas e apresenta-las para depois serem analisadas e fazer a integração das propostas que achassem relevantes. -----

#### -----VOTAÇÃO-----

----- Submetido a votação foi aprovada por maioria, com 8 votos contra do PS, 1 voto contra do MAR e restantes a favor do PSD. -----

----- **Ponto 4 –Aprovação ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33.º e alínea q) do n.º 1 do artigo 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013 de setembro , na atual redação, da integração no domínio público de acesso e destaque natural.**-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** referiu que de acordo com o mapa em anexo havia uma cedência para domínio público por parte de alguns proprietários para aquele arruamento público. -----

---- Interveio o **Sr. Ângelo Lopes**, esclareceu que se tratava de um acesso existente a longa data, em que as pessoas quando construíram deixaram aqueles metros e era uma forma de enquadrar a legalidade daquelas habitações através do domínio público. -----

#### -----VOTAÇÃO-----

---- Submetido a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

----- **PONTO 5- Tomada de conhecimento “Assunção de Compromissos Plurianuais”.** -----

----- Interveio o **Sr. André Monteiro**, questionou o Sr. Presidente se não seria melhor em vez de alugar os contentores programar uma infraestrutura a médio-longo prazo, que fosse integrada na paisagem, uma coisa bonita e funcional. ---

----- Respondeu o **Sr. Presidente da Câmara** que concordava a 100%. No entanto existia um problema que tinha a ver com o estudo do impacto ambiental, tinham sido alvo de uma fiscalização em 2015 e não era permitido fazer construções definitivas enquanto não tivessem tudo fechado. Afirmou que era também o seu desejo. -----

#### -----VOTAÇÃO-----

---- Tomado conhecimento. -----

#### -----ENCERRAMENTO-----

----- E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações

foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Mesa

---

(Mário Ribeiro Maduro, Dr.)

O 1.º Secretário

---

(Regina Serrano, Eng<sup>a</sup>.)